AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

CONSELHO DE MINISTROS
Oitava Sessão Ordinária
16 – 21 de Janeiro de 2005
Khartoum, Sudão

EX.CL/235 (VIII)

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO-ORIENTE E NA PALESTINA

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO NO MÉDIO-ORIENTE E NA PALESTINA

Introdução

No decorrer da sua 7ª sessão ordinária, realizada de 28 de Junho a 2 de Julho de 2005, em Sirte, Grande Jamahiriya Líbia, o Conselho Executivo analisou a situação na Palestina e na Região do Médio Oriente a adoptou a Decisão Ex.CL/Dec.210 (VII), na qual, entre outro:

> *reiterou o seu apoio e a sua solidariedade para com o povo palestiniano na sua luta justa e legítima ; condenou a repressão israelita exercida contra os cidadãos palestinianos ; instou ambas as partes a porem termo ao circulo vicioso da violência contra civis palestinianos e israelitas ; condenou energicamente a repressão israelita e os ataques perpetrados contra os civis palestinianos indefesos ; instou o governo israelita a pôr termo à construção do Muro nos territórios ocupados e instou ainda Israel a renunciar à sua política de impor políticas e colocar perante factos consumados no terreno pondo imediatamente fim à instalação e à expansão dos colonatos nos territórios palestinianos ocupados, incluindo Jerusalém Leste ;*
>
> *lançou um apelo à Comunidade internacional e ao quarteto para que prestem a assistência política e financeira necessária, colaborem com os dirigentes palestinianos na implementação rápida e acelerada do Roteiro e tomem as medidas necessárias com vista à retoma do diálogo e das negociações a fim de salvar o processo de paz.*

O presente relatório relata as evoluções registadas no Médio Oriente desde a última sessão do Conselho, realçando particularmente o conflito entre Israel e a Palestina.

O conflito entre Israel e a Palestina :

1. A retirada de Israel da faixa de Gaza:

Desde a Cimeira de Sirte, desenvolvimentos importantes foram registados no conflito entre Israel e a Palestina. Estes desenvolvimentos centram-se, essencialmente, em torno do plano Sharon relativo à retirada unilateral de Israel da faixa de Gaza e de um dado número de pequenos colonatos situados na região Norte da Cisjordânia. Os contactos e os esforços diplomáticos envidados no decorrer deste período centraram-se principalmente na necessidade de garantir uma retirada total de Israel que implicaria todas as forças israelitas, assim como colonatos dessas regiões e ceder à Autoridade Palestiniana o controlo do porto marítimo e do aeroporto e do aeroporto, permitindo-lhe ao mesmo tempo beneficiar de um direito de passagem para o Egipto e a Cisjordânia.

Os contactos e os esforços diplomáticos realçaram igualmente a necessidade de efectuar esta retirada em coordenação com a Autoridade Palestiniana e integrando-a no quadro do Roteiro como um ponto separado. Foi também denunciada qualquer tentativa de utilização desta retirada como cobertura ou subterfúgio para desencadear operações de implantação de novos colonatos na Cisjordânia e na cidade santa de El-Qods.

Por seu turno, a Autoridade Palestiniana conseguiu conter a situação e impedir qualquer excesso por parte das organizações e facções armadas palestinianas que possa entravar a operação de retirada. Nenhum ataque contra as forças armadas israelitas ou contra os colonos ou outra tentativa de apropriação dos bens israelitas foi registado durante este período.

Um acordo foi assinado entre o Egipto e Israel relativo ao destacamento de 750 elementos das forças egípcias de segurança das fronteiras, ao longo do posto de passagem de Filadélfia que separa a faixa de Gaza do Egipto e de cerca de 15 km de comprimento. A missão das forças egípcias consiste em impedir o tráfico de armas e a infiltração de elementos do Egipto para a faixa de Gaza e vice-versa. Além disso, o Egipto assegurou o treino de elementos da polícia Palestiniana a fim de garantir a instauração da paz e da estabilidade no interior da faixa de Gaza.

A 25 de Novembro de 2005, na sequência de esforços conjuntos do Egipto, do Quarteto e dos Estados Unidos, um acordo foi assinado (de que são partes, para além dos Palestinianos e dos Israelitas, o Egipto e a União Europeia) permitindo a reabertura oficial do posto de passagem de Rafah, na fronteira entre o Egipto e a faixa de Gaza, e a criação de uma câmara comum que difunde, por vídeo à parte israelita, os procedimentos neste posto de passagem. O acordo diz igualmente respeito ao lançamento dos trabalhos de construção de um porto marítimo na faixa de Gaza, o início de um plano0 de construção de um novo aeroporto e a gestão da circulação de pessoas e de mercadorias entre a faixa de Gaza e a Cisjordânia a partir de 15 de Dezembro de 2005.

Convém indicar que algum tempo depois da abertura da fronteira, as autoridades israelitas decidiram fechá-la de novo, alegando o ataque de Natanya no princípio do mês de Dezembro de 2005. Isto constitui uma violação dos termos do acordo de 25 de Novembro.

2. Desafios e exigências do período pós-retirada da faixa de Gaza :

A retirada da faixa de Gaza e da região Norte da Cisjordânia suscitou ecos favoráveis, visto que constitui um passo importante na via da realização das aspirações palestinianas. Ao mesmo tempo, esta retirada coloca inúmeros desafios que necessitam de esforços adicionais a fim de a capitalizar, bem como colocá-la num contexto que possa garantir a continuidade do processo de paz, com vista a traçar o caminho para a criação de um Estado palestiniano independente e viável.

A realização de um tal objectivo não é uma tarefa fácil, sobretudo perante a visão israelita que deseja reduzir o processo de paz à retirada da faixa de Gaza ; a qual retirada considerada por Israel como sendo o último do género do quadro dos seus projectos de expansão dos seus colonatos na Cisjordânia e no Leste de El-Qods, bem como da construção do muro de isolamento.

A continuação, por Israel, do assassinato de dirigentes da resistência Palestiniana pode provocar o recrudescimento da violência. De igual modo, a consolidação do estabelecimento de colonatos israelitas na Cisjordânia constitui um maior obstáculo para a progressão das negociações de paz.

De uma maneira geral, convém sublinhar que a retirada da faixa de Gaza não trouxe uma mudança significativa da política israelita. As questões fundamentais que constituem a trama do conflito palestiniano permanecem pendentes e Israel recusa-se continuamente iniciar negociações directas com a Autoridade Palestiniana, para as debater, alegando sempre o menor pretexto e sobretudo a realização de eleições, a fim de adiar param nunca essas negociações, mantendo como refém, neste sentido, todo o processo de paz.

Entre essas questões cruciais que as autoridades israelitas se recusam de abordar no quadro das negociações directas, figuram, entre outras, a questão dos refugiados, dos prisioneiros palestinianos avaliados neste momento em cerca de 8.600, a questão da água e de Jerusalém. É evidente que a recusa das autoridades israelitas em debater estas questões é um indício da sua falta total de vontade em fazer avançar o processo de paz, apesar dos esforços louváveis consentidos para este efeito pelo Presidente Mahmoud Abbas. Daí a necessidade, para a comunidade internacional, de redobrar os esforços e as pressões sobre as autoridades israelitas, a fim de as obrigar a aceitarem o início de verdadeiras negociações com as autoridades palestinianas.

De facto, a falta de boa vontade das autoridades israelitas traduziu-se recentemente pela sua decisão de retomar a sua política de demolição de casas nos territórios ocupados, depois do ataque de Natanya, em Dezembro, violando neste sentido os termos do acordo de Novembro de 2005.

3. As eleições palestinianas e israelitas e as suas consequências no futuro do processo de paz :

As cenas políticas Palestiniana e israelita conhecem uma actividade interna intensa estes últimos tempos. Os preparativos estão em curso nos territórios palestinianos ocupados com vista à organização das eleições legislativas palestinianas previstas para 25 de Janeiro de 2005. A fim de garantir a realização dessas eleições num clima de serenidade, 13 facções palestinianas já assinaram uma carta de honra através da qual comprometeram-se em absterem-se andarem com armas ou utilizarem-nas durante as assembleias gerais, as marchas e outras actividades ligadas às eleições. De igual modo, essas facções devem comprometer em aceitar os resultados oficiais e definitivos das eleições que serão proclamados pela Comissão eleitoral.

Em Israel, o dirigente dos sindicatos dos trabalhadores, Amir Peretz, foi eleito à frente do partido dos Trabalhistas, tendo anunciado em seguida a retirada do seu partido da coligação governamental com o partido Likoud ; o que levou o governo a anunciar a organização de eleições antecipadas em Israel, em Março de 2006. Na sequência destes desenvolvimentos, Ariel Sharon anunciou a sua saída do partido Likoud e a criação de um novo partido político baptizado “Kadima” (a esperança), considerando que o Likoud já não é capaz de colocar os interesses nacionais supremos de Israel a cima dos interesses partidários e pessoais estreitos.

O Líbano/A Síria :

As movimentações políticas suscitadas pelo assassinato do Primeiro-ministro libanês Rafik Hariri, continuam ainda no Líbano, sobretudo na sequência da adopção da Resolução 1595 do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa à constituição de uma Comissão de inquérito internacional. Logo após a sua constituição, a Comissão iniciou as suas actividades, sob a direcção do magistrado alemão Detlev Mehlis, que submeteu um relatório ao Conselho de Segurança no qual pôs em causa um dado número de responsáveis de segurança libaneses e altas personalidades no seio dos serviços de segurança sírios, presumidas culpadas em terem fomentado o assassinato do Primeiro-ministro libanês Rafik Hariri.

A 31 de Outubro de 2005, um reunião *ad hoc* dos Ministros dos Negócios estrangeiros foi organizada no Conselho de Segurança a fim de analisar o relatório Mehlis. No termo desta reunião, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 1636, através da qual:

- regozija-se com a cooperação das autoridades libanesas que procederam à detenção dos responsáveis libaneses da segurança presumidos culpados de envolvimento no assassinato;
- confere à Comissão de inquérito o poder de determinar o local e as modalidades em que terão lugar as audições dos responsáveis sírios implicados no quadro do inquérito;
- insta a Síria a proceder à detenção dos cidadãos sírios presumidos culpados, de acordo com a Comissão de inquérito, de terem participado neste acto terrorista ou terem contribuído no seu financiamento, a sua organização ou a sua execução;
- insta a Síria a pôr termo à sua ingerência nos assuntos internos do Líbano e respeite a soberania e a integridade territorial do Líbano;
- insta a Comissão de inquérito a submeter ao Conselho de Segurança, antes de 15 de Dezembro de 2005, um relatório provisório do inquérito, incluindo informações relativas à assistência prestadas pelas autoridades sírias e analisar, se for necessário, as medidas adicionais por empreender a este propósito.

A Síria aceitou acatar a Resolução do Conselho de Segurança, mesmo se nega qualquer implicação no assassinato de Rafik Hariri e dos seus acompanhantes. De

igual modo, a Síria deu o seu aval para a audição, pela Comissão de inquérito, dos culpados presumíveis, isto na Sede das Nações Unidas em Viena.

Entretanto, a Síria enfrenta fortes pressões que correm o risco de ameaçar a estabilidade de toda a região do Médio Oriente. Com efeito, este país á acusado, repetidamente, pelos Estados Unidos de apoiar o terrorismo, de permitir a infiltração de combatentes no Iraque a partir das fronteiras sírias e de dar apoio ao Hezbollah libanês e a certas organizações palestinianas.

Além disso, a Síria é objecto, há três anos, de sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos, mesmo se ela rejeita todas as acusações que lhe são feitas e considera que estas últimas visam mascarar o fracasso dos Estados Unidos no Iraque e o seu apoio a Israel que continua a ocupar desde 1997 os montes Golão na Síria e as terras libanesas de Chabaa.

Conclusões e recomendações

A situação na região do Médio Oriente está longe de se estabilizar. Se na Palestina, não se pode falar de progressos reais apesar da retirada das forças israelitas de Gaza, na Síria e no Líbano, a instabilidade instala-se e as violências contra alvos definidos continuam, à semelhança do assassinato, a 12 de Dezembro de 2005, do jornalista e deputado Gebran Tueni, nos arredores de Beirute.

À luz do que antecede, o Conselho poderia :

A respeito do conflito entre Israel e a Palestina :

Reiterar o seu apelo com vista à implementação do Roteiro pelas duas partes e impulsionar uma nova dinâmica ao processo de paz procurando convencer Israel a honrar os seus engajamentos contidos neste Roteiro e a pôr um termo aos seus actos de agressão;

Regozijar-se com a retirada de Gaza das forças de ocupação e Instar as autoridades israelitas a respeitarem os termos do acordo de 25 de Novembro de 2005 e inscrever a retirada de Gaza no quadro do Roteiro;

Instar ambas as partes a porem termo à violência contra as populações;

Exortar a comunidade internacional a prestar a assistência material e financeira necessária à Autoridade Palestiniana para a reconstrução da faixa de Gaza cuja infra-estrutura foi totalmente destruída pelo ocupante israelita e cuja economia foi completamente asfixiada;

Encorajar a Autoridade Palestiniana a assumir plenamente as suas responsabilidades através de uma gestão sã da faixa de Gaza, a unificação das fileiras palestinianas, a imposição do respeito do direito e das leis, assim como a resolução dos diferendos por vias pacíficas;

Encorajar todas as facções e tendências palestinianas a colocarem-se sob as ordens da Autoridade Palestiniana, o único representante do povo palestiniano;

Instar as partes, israelita e palestiniana, a fazerem prova de retenção e absterem-se a adoptar política de natureza a provocar, de novo, o recrudescimento da violência entre elas ou de natureza a ameaçar minar as oportunidades de paz e as conquistas realizadas até aqui;

A propósito da Síria/Líbano:

Instar todas as partes envolvidas a contribuírem, na serenidade, para a conclusão do inquérito internacional e a resolver os seus diferendos por vias pacíficas;

Apelar a favor da salvaguarda da estabilidade da Síria e do Líbano para evitar um agravamento da situação em toda a região do Médio Oriente.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository **http://archives.au.int**

Organs Council of Ministers & Executive Council Collection

2006

Report on the situation in the Middle East and Palestine

African Union

African Union

http://archives.au.int/handle/123456789/4268

Downloaded from African Union Common Repository